

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Megafone pró-Bolsonaro

Os parlamentares bolsonaristas querem aproveitar as campanhas municipais do PL para ampliar o movimento pelo impeachment do ministro Alexandre de Moraes. A ideia é potencializar o discurso pela elegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esse assunto já foi, inclusive, tratado na cúpula do partido.

Movimento crescente

A decisão de Flávio Dino, de suspender as emendas Pix, enfraquece a posição do Supremo Tribunal Federal no Parlamento. A cada dia, conforme a coluna já registrou, está mais forte o discurso por tornar toda e qualquer emenda impositiva.

Jabuti na desoneração

De olho na proposta da desoneração da folha, o empresariado tomou um susto com a inclusão do aumento de alíquota de 15% para 20% nos Juros sobre Capital Próprio (JCP). Agora, vão correr para tentar derrubar isso.

Voepass e o futuro

Quem conhece como funciona o traçado da aviação considera que não tem meios de a empresa se segurar depois da tragédia que matou 62 pessoas. Ou a Latam assume ou as rotas da companhia aérea terão de ser redistribuídas.

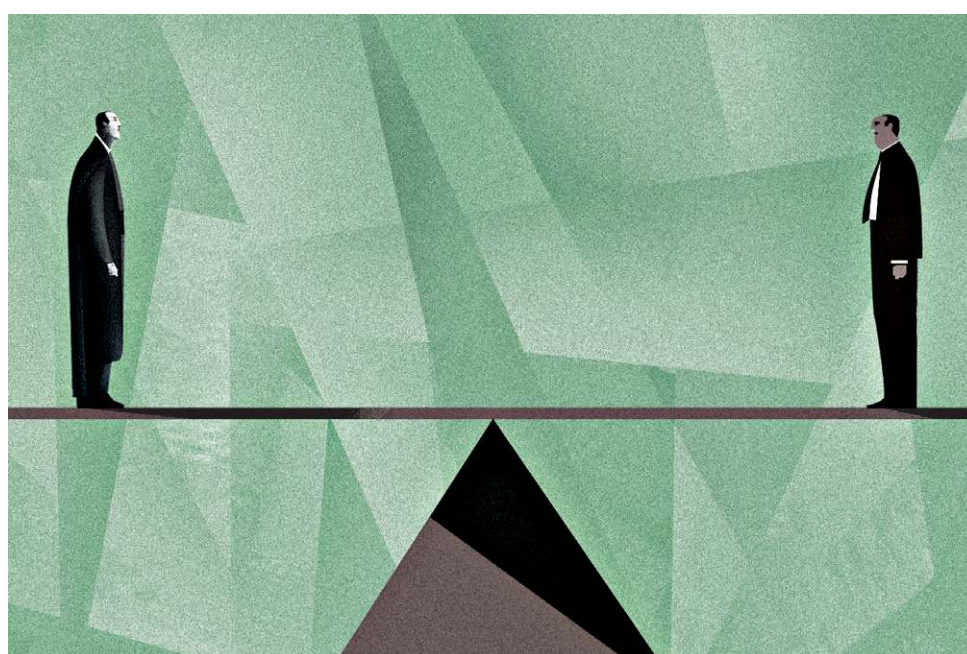
O Maranhão ferve

No meio da Operação 18 minutos, da Polícia Federal, que foguei desembargadores acusados de venda de sentença, veio um candidato a prefeito, Fred Campos (PSB), de Paço do Lumiar, um município com 145 mil habitantes. Já tem gente dizendo que, se brincar, Fred fará a campanha de tornozeleira.

A esperança em 6 gigas

De público, os bolsonaristas fazem muito barulho desde que foram divulgadas parte das conversas entre assessores do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a respeito dos relatórios que o magistrado pediu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quando era presidente daquela Corte. Porém, nos bastidores, os mais realistas e pragmáticos dizem que o que saiu até agora é pouco para qualquer atitude mais contundente contra o ministro. É preciso ver o que tem no material que será conhecido a conta-gotas.

Em tempo: se o que saiu até agora for o que tem de mais forte nos documentos, a avaliação é de que “não vai dar em nada”. Mas a narrativa vai continuar em alto e bom som nas redes sociais, nas ruas e nos palanques eleitorais.



CURTIDAS

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Na área para a vice/ Perguntado pela coluna se poderia ser candidato a vice numa chapa encabeçada por Celina Leão, ao governo do Distrito Federal, Alberto Fraga (foto) respondeu que depende dela. Para bons entendedores, se for chamado, aceitará a vaga.

Edinho em Brasília... A presença do prefeito de Araraquara (SP), Edinho Silva (PT), em Brasília, nesta semana, deixou muita gente desconfiada de que ele estava por aqui para conversar com Lula sobre sua volta ao governo.

... nem sempre é reforma ministerial/ Na verdade, Edinho largou a campanha eleitoral na cidade onde tenta eleger a sucessora e veio a Brasília tratar dos precatórios. A avaliação é de que as mudanças no texto promovidas no Senado tornaram mais duras as regras de parcelamento das dívidas.

Homenagens/ Edinho Silva não foi o único a vir correndo a Brasília esta semana. O prefeito do Recife, João Campos (PSB), candidato à reeleição, fez questão de comparecer à homenagem ao seu pai, o ex-governador Eduardo Campos, que morreu há 10 anos num acidente aéreo. Mal terminou a sessão, correu para o aeroporto. Ele lidera todas as pesquisas, “mas voto é só na urna, tem que trabalhar”.

PODER

Senado aprova projeto de lei que flexibiliza pagamento de débitos dos entes federativos. Proposta segue para a Câmara

Aval a renegociar dívidas dos estados

» RAFAELA GONÇALVES

O Senado aprovou, por 70 votos a favor e dois contrários, o projeto de lei complementar que trata da renegociação da dívida dos estados. A matéria prevê a revisão dos termos dos débitos, com a possibilidade de transferência de bens e ativos para abate-los, além da redução dos juros. O texto seguiu para análise da Câmara.

O indexador dos juros era a principal reclamação dos governadores. Atualmente, as dívidas são corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), + 4% ao ano, ou pela taxa básica de juros (Selic) — o que for menor. A proposta prevê mecanismos para reduzir e até mesmo zerar o encargo.

Agora, parte dos 4% dos juros será transformada em investimentos nos estados nas áreas de educação, saneamento básico, habitação, obras de adaptação às mudanças climáticas, transportes ou segurança pública. Outra parte será repassada para o Fundo de Equalização Federativa, cujos recursos serão partilhados.

De autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o projeto foi relatado por Davi Alcolumbre (União-AP). Para o relator, a alternativa deve

Homenagem a Eduardo Campos

Mário Agra / Câmara dos Deputados



A Câmara dos Deputados realizou, ontem, sessão solene em homenagem ao legado político de Eduardo Campos, que morreu em uma queda de avião em 13 de agosto de 2014. O filho do ex-governador pernambucano e deputado federal, Pedro Campos (PSB-PE), foi o responsável por presidir a cerimônia. Entre as autoridades presentes estava a ministra do Meio Ambiente,

Marina Silva, que foi vice na chapa de Campos à Presidência da República no ano em que ele morreu. No fim do dia, a Casa Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 3148/24, de autoria do deputado Felipe Carreras (PSB-PE), que inscreve o nome de Eduardo Campos no Livro dos Heróis da Pátria. A matéria segue agora para aprovação no Senado Federal.

garantir o pagamento da dívida, além de permitir benfeitorias para o estado.

“Se, ao longo dos últimos anos, formos avaliar todos os estados que tentaram pagar a sua dívida em dia, o valor principal

da época já se multiplicou três vezes. É uma dívida impagável”, destacou. “Conseguimos, com o diálogo entre os governos estaduais e federal, encontrar um caminho que pavimentará o desenvolvimento local.”

Parlamentares criticaram a proposta e demonstraram preocupação com a situação fiscal, já que a União deve deixar de receber os juros. “Para os estados vai ser excelente, só que não tem milagre. Para a União, aumenta o

problema fiscal em mais R\$ 42 bilhões por ano”, destacou o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR).

O relator atendeu parcialmente a pedidos de governadores do Nordeste. No texto, permaneceu o repasse de 1% dos juros que os estados pagariam à União para o Fundo de Equalização. Os gestores haviam solicitado que esse percentual fosse elevado para 2%. No entanto, conforme a reivindicação, foi alterado o critério de divisão do Fundo de Equalização, que antes era definido pela população e agora levará em conta a divisão do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

A dívida total dos estados com a União é de R\$ 700 bilhões. Os maiores devedores são Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. O texto estabeleceu uma “escada” para o pagamento das prestações da dívida refinanciada.

O objetivo é que os estados que já estiverem no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) mantenham os benefícios ao optarem pelo novo Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). Isso permitirá que os estados que aderirem paguem só 20% do valor das parcelas no primeiro ano, 40% no segundo, 60% no terceiro, 80% no quarto e 100% a partir do quinto ano.

Os descontos aplicados nos primeiros quatro anos de participação no Propag serão somados ao saldo devedor a partir do quinto ano. Entre os estados que se enquadram no RRF, estão Goiás, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Apesar de orientar a favor da matéria, o senador Otto Alencar (PSD-BA) alertou para a necessidade de os governadores terem rigidez com a responsabilidade fiscal.

Os gestores terão prazo de 120 dias para adesão ao Propag e de um ano para reduzir suas despesas. Pela proposta, o estado que atrasar três parcelas consecutivas sairá do programa e ainda terá o saldo devedor recalculado com as regras do RRF. Os juros também serão os atuais, caso o governador desista do programa.

O colegiado também aprovou ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição 66/2023, que abre novo prazo de parcelamento dos débitos previdenciários dos municípios. De acordo com o texto, os entes poderão dividir em até 240 meses os débitos previdenciários vencidos até a data da promulgação da emenda, tanto com o Regime Geral da Previdência Social quanto com seus regimes próprios.

Sem México, Lula conversa com Petro sobre Venezuela

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou, ontem, por telefone com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro. Na pauta, as eleições na Venezuela. Eles discutiram o que pode ser feito para mediar a crise entre o presidente Nicolás Maduro e a oposição,

representada por Edmundo González no pleito. A conversa ocorreu por volta das 15h, enquanto Lula estava no Palácio do Planalto.

Até o fechamento desta edição, o chefe do Executivo não havia comentado sobre o teor da conversa e quais medidas foram consideradas para evitar uma nova crise na Venezuela. Os países

também não emitiram ainda uma nota conjunta, como ocorreu na última conversa a respeito do assunto.

A ligação entre Lula e Petro era negociada desde a semana passada. Estava previsto que o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, também participasse, como na

anterior. Na ocasião, os três países emitiram duas notas conjuntas cobrando a divulgação das atas e pedindo respeito aos direitos humanos — após o endurecimento da repressão chavista. Porém, Obrador oficializou o afastamento das negociações na véspera, em entrevista à imprensa na capital mexicana.

Ele foi questionado por jornalistas se participaria da ligação. “Agora não, porque vamos esperar que o tribunal (venezuelano) decida”, respondeu. Nos últimos dias, houve resistência por parte do México em participar da mediação.

O Tribunal Supremo de Justiça venezuelano avalia as atas

entregues pela Corte Nacional Eleitoral (CNE), órgão responsável pelas eleições.

O chanceler Mauro Vieira embarcou ontem para a Colômbia, onde também discutirá o que pode ser feito em relação à Venezuela. Ele terá um encontro bilateral hoje com seu homólogo, Luis Gilberto Murillo.